

**VI JORNADA BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA**

MODERNIDADE E SUL GLOBAL

9, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2019



UFPEL



INSTITUTO DE FILOSOFIA,
SOCIOLOGIA E POLITICA



IFISP - UFPel

VI Jornada Brasileira de Sociologia

Modernidade e Sul Global

Outubro, 2019, Pelotas/RS

GT 03 – Conflitos e Controvérsias Ambientais

Uma análise sócio-espacial do Projeto Hortas Urbanas da UFPel

**VI JORNADA BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA**
MODERNIDADE E SUL GLOBAL

9, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2019



UFPEL



Uma análise sócio-espacial do Projeto Hortas Urbanas da UFPel

Luis Henrique Ferreira Dias¹

Rosana Dias Morales²

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar as implicações sócio-espaciais do Projeto Hortas Urbanas da Universidade Federal de Pelotas (PHU/UFPEL). Proposto em 2017, este projeto já implantou hortas orgânicas em diferentes lugares da cidade, adotando como método uma atuação solidária entre atores da universidade, de outros órgãos e instituições do poder público e das comunidades envolvidas. Nesse contexto, são observados e discutidos os impactos sócio-espaciais do projeto nas comunidades urbanas; além de delinearem-se as perspectivas para o território enquanto fato social intrínseco à *práxis* da cidade sustentável. Em linhas gerais, vislumbram-se elementos para refletir acerca da efervescência das conexões humanas, diante da qual a unicidade entre espaço e sociedade é totalizadora do tempo presente. E hoje, portanto, afrontar determinado fenômeno social significa perseguir as relações entre o território das pessoas e a racionalidade hegemônica, visando à intervenção nos processos de mudança da sociedade.

Palavras-chave: hortas urbanas; cidade sustentável; sociedade.

¹ Mestre em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, ahoradelh@gmail.com

² Graduanda em Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, rosy.diasmorales@hotmail.com

1 Introdução

Segundo Yuval Harari, a humanidade do século XXI precisa engendrar soluções coletivas para os problemas advindos do colapso ecológico e da disrupção tecnológica, como forma de garantir a continuidade da vida no planeta. Em certa medida, os recursos naturais e as metamorfoses do trabalho orbitam o núcleo de uma crítica social renovada, à luz da qual se enuncie o território das pessoas.

Nesse sentido, a expressão *território das pessoas* encerra o esforço de evidenciar o raciocínio espacial guiado pelas relações sociais no domínio concreto da ação; ou seja, o território em sua dimensão de proximidade, na qual atua como produto e possibilidade social. Sem estar alheio aos problemas globais, o território das pessoas é essa referência empírica da análise sócio-espacial na escala das comunidades.

Dessa maneira, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar as implicações sócio-espaciais do Projeto Hortas Urbanas da UFPel. Para tanto, em termos específicos, caracteriza o projeto e conduz uma discussão sobre o papel das hortas urbanas na práxis de uma cidade sustentável; e a partir destes, delinea perspectivas para o território frente a interesses e problemas globais.

Entende-se, assim, que essa proposta reverbera o que Santos *et al.* (2000, p. 10) preconizaram acerca do território como “ator” e “agido”, em uma dialética interminável no âmago da qual, conforme os autores, reside o “enfoque totalizador, que autoriza uma intervenção visando à maior parte da população”.

Tal enfoque totalizador é o fio condutor da análise. Quer pela indissociabilidade entre espaço e sociedade, quer pela dinâmica política das cidades sob a égide do capital financeiro, que ignora fronteiras e economias nacionais. Nessa perspectiva, embora não se deva reduzir o território à materialidade, é imprescindível partir do sentido material a fim de melhor compreender as relações sociais que o produzem.

Abordam-se, portanto, as hortas implantadas pelo PHU como práticas sociais em plena conexão com determinados espaços da cidade. E essa condição ressignifica certos usos atávicos do solo urbano, impondo novas variáveis de planejamento que não podem ser negligenciadas, seja por gestores públicos ou cientistas sociais.

Em geral, persegue-se uma visão da totalidade, qual propôs Mamigonian (1999), para que a análise sócio-espacial do PHU comungue da interdisciplinaridade demandada pelo tempo presente. Assim, elucidar a realidade do território significa “assumir funções de geógrafo, historiador, economista, sociólogo, etc.”

2 PHU/UFPel: por uma cidade com sustentabilidade urbana

Em muitos países, o acelerado crescimento das cidades gera situações negativas relacionadas à degradação sócio-espacial das comunidades urbanas. Seja por problemas ecológicos, seja devido à perda da qualidade de vida, a questão requer ações pensadas e articuladas a partir do território das pessoas.

Esse cenário orienta a atuação do PHU/UFPel. Baseando-se no uso solidário dos espaços disponibilizados e na inclusão de saberes locais, o projeto integra a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Segundo os idealizadores do projeto, a principal diretriz é desenvolver ações que melhorem a vida humana na cidade, fomentando técnicas de agroecologia, e permitindo às comunidades um meio de acesso a alimentos mais saudáveis.

Diante desse entendimento, a horta urbana constitui uma tecnologia social capaz de transformar a cidade através do ajuntamento dos “atores de baixo”. Nesses termos, o PHU enseja a elaboração de uma contrarracionalidade pautada pela criatividade coletiva e menos dependente de dinheiro.

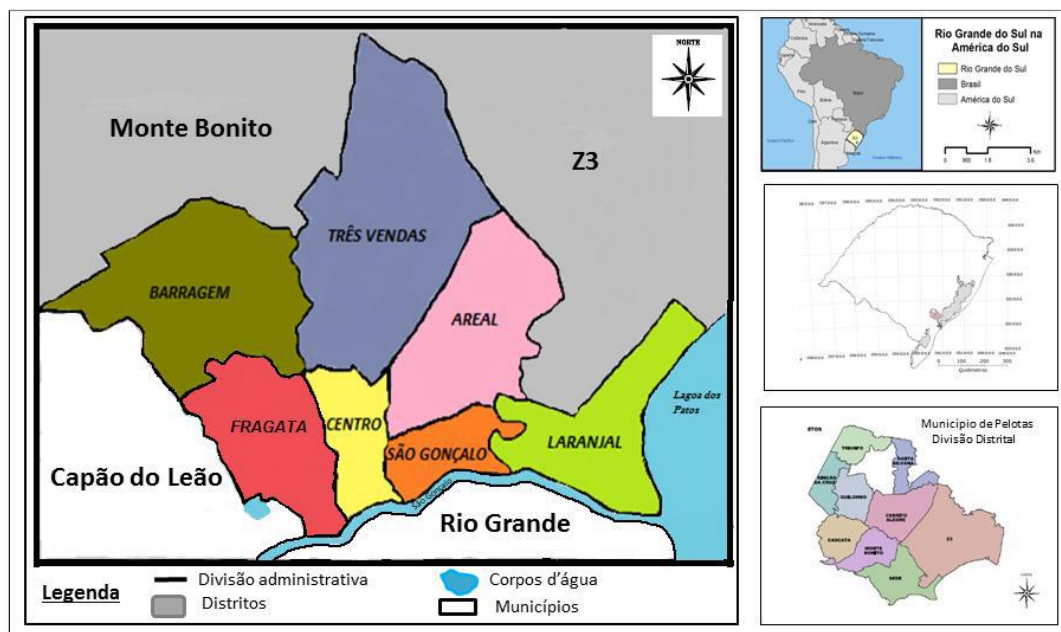
Assim, no bojo da sustentabilidade urbana, já foram implantadas diversas hortas em diferentes lugares da cidade. Dessa maneira, e considerando os objetivos do estudo, dar-se-á atenção ao processo de instalação da horta orgânica na comunidade Py Crespo, entendendo-se a opção de caso como fator produtor ao debate.

2.1 A horta na comunidade do Py Crespo

A redação dada pela Lei 5. 502 de 11 de setembro de 2008, a qual institui o III Plano Diretor Municipal de Pelotas, no Capítulo III - URBANO - Artigo 47, traz a área urbana do município subdividida em Sete Regiões Administrativas ou Macrorregiões, a saber: Centro, Fragata, Barragem, São Gonçalo, Laranjal, Areal e Três Vendas (III Plano Diretor, 2008, p.14).

Desse modo, a área urbana do município foi dividida em sete grandes bairros ou regiões administrativas, conforme se observa na figura 1. Nessas regiões, há as divisões internas, denominadas de mesorregiões, que no senso comum acabam sendo entendidas como bairros da cidade, pois são os lugares onde as pessoas de fato residem. Devido a isso, a Macrorregião Três Vendas abrange a comunidade do “bairro” Py Crespo, onde se localiza a horta escolhida para esta análise.

Figura 1. Regiões Administrativas de Pelotas



Fonte: Prefeitura de Pelotas (2008).

Antes da horta, convém referir o quanto a indústria do charque foi determinante para o processo de urbanização de Pelotas, pois essa atividade marcou profundamente a formação socioeconômica do Rio Grande do Sul no século XIX. O charque (carne-seca) era o principal alimento dos escravos das *plantations* açucareiras e cafeeiras do sudeste e nordeste brasileiros.

Desse modo, formou-se em Pelotas uma elite proprietária de imensos latifúndios de terra para produção de gado bovino. Além de gerar muito dinheiro, segundo Arriada (1994), “as charqueadas não trouxeram apenas a riqueza, mas também o adensamento populacional de Pelotas, uma vez que cada grande estabelecimento charqueador contava pelo menos com cem pessoas”.

Pelotas foi elevada à categoria de cidade em 1835. Nesse período, impulsionada pelo fluxo de capitais oriundo da indústria do charque, a cidade começa a registrar uma certa concentração urbana.

A ligação comercial com os grandes centros do país e do exterior, e a importação e a exportação de mercadorias, fomentam outras indústrias, como curtumes e fábricas de adubo, a partir dos resíduos da carne-seca. Porém, a intensificação industrial em Pelotas, e o conseqüente processo de urbanização, ocorrem com o declínio do ciclo do charque, totalmente extinto na década de 1940.

Após o breve contexto histórico, volta-se aos dias atuais e à horta do Py Crespo. A implantação da horta seguiu a rotina adotada pelo PHU, a qual contemplou reuniões preparatórias para apresentar e discutir o projeto junto à comunidade.

Sendo assim, a metodologia de pesquisa do PHU baseia-se na colaboração entre pesquisadores e participantes da realidade sócio-espacial investigada. Portanto, é a partir da pesquisa-ação de Thiollent (1985) que o projeto busca endossar a prática da extensão no âmbito da pesquisa social.

Na figura 2 destaca-se o espaço disponibilizado pela unidade básica de saúde do bairro. Por isso, talvez, a horta tenha ganhado uma maior visibilidade e engajamento por pessoas da comunidade, em especial trabalhadores aposentados com idade superior a 60 anos que buscam atendimento na UBS.

Figura 2. Implantação da horta na comunidade do Py Crespo



Fonte: Acervo do PHU/UFPel. Horta na comunidade do Py Crespo (22/08/2019).

Até este momento, a horta conta com oito canteiros nos quais já foram plantados diferentes tipos de hortaliça, a saber, verduras, legumes, chás e temperos. Em breve será construído um sistema de cisterna no telhado da UBS para captar e armazenar a água da chuva. Essa tecnologia não apenas incrementa a disponibilidade hídrica para as plantas, como também concorre na diminuição do volume pluvial das galerias de escoamento da cidade nos dias de precipitação intensa.

Também está prevista a construção de uma composteira para produção de adubo orgânico. Essa tecnologia permite o aproveitamento das sobras resultantes do preparo e consumo dos alimentos; assim, a compostagem gera um insumo de baixo custo e grande eficiência, pois usando resíduos fadados ao aterro sanitário, obtém-se um composto rico em nutrientes para o cultivo de hortaliças.

Em outra frente, o PHU integra-se na comunidade através da troca de saberes e práticas sócio-espaciais. Nesse sentido, são realizadas palestras nas quais se discute com moradores a importância das hortas em termos de sustentabilidade urbana; oficinas de gastronomia propõem pratos alternativos e saudáveis; e exposições de filmes subsidiam debates de temas que abrangem desde a nocividade dos agrotóxicos até o desperdício de alimentos.

Em sentido amplo, esse panorama abarca o modo de ação do PHU. Nessa linha, encontra-se como *leitmotiv* uma cidade inclusiva e sustentável pela participação coletiva e solidária entre atores da universidade, de outros órgãos e instituições do poder público e das comunidades envolvidas.

3 PHU/UFPel: perspectivas do território

A segunda década do século XXI parece ter colocado de vez o Brasil no mapa da quarta revolução industrial. Dessa maneira, novos paradigmas sócio-espaciais, advindos da trama entre tecnologias digitais, físicas e biológicas, repercutem de diferentes formas no território das pessoas.

Sem embargo, na cidade se intensificam problemas sociais resultantes da pressão exercida sobre o espaço de vida das comunidades. Por isso, urge ampliar a convergência dos conhecimentos pela adoção da tecnologia social.

O Instituto de Tecnologia Social (2004) conceitua uma tecnologia social como o “conjunto de técnicas e metodologias desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, representando soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. (p. 130)

A horta urbana, assim, é uma tecnologia social no âmbito do PHU. Desenvolvida e aplicada em conjunto com a comunidade, a horta estabelece um espaço privilegiado de inclusão social que predispõe estratégias de ação coletiva para melhorar as condições de vida no território.

Evidencia-se, pois, uma prática social intrinsecamente conectada ao espaço. Para Souza (2013, p. 237), a circunstância da mudança social denota sempre um componente espacial, de forma que “qualquer transformação social relevante, independentemente de seu conteúdo ético-político, é impensável à revelia do espaço”.

Nesse sentido, a agricultura urbana representa uma tecnologia de transformação social da cidade. Sem desconsiderar a evidente demanda por espaço, a questão central é pensar na contrarrazionalidade territorial de cultivar o solo urbano diante de interesses e problemas globais.

É fundamental que os planejadores comecem a reconhecer a importância da agricultura urbana na rica mistura de atividades que caracterizam as cidades modernas e incorporá-la como elemento fundamental para a sustentabilidade urbana. Transformar as cidades em locais de autossuficiência alimentar, usando nutrientes que se acumulam nos solos dos centros urbanos e promover a integração do meio natural com o urbano, de modo a restaurar o equilíbrio do ecossistema urbano, devem ser considerados aspectos importantes para o desenvolvimento sustentável. (O'REILLY, 2014, p. 38)

O postulado sinaliza um modo de política orientado pela demanda sócio-espacial das comunidades. Segundo a autora, os planejadores precisam reconhecer a importância das hortas urbanas no contexto da cidade sustentável.

Nessa linha de raciocínio, uma política de planejamento urbano que considere as hortas como laboratório coletivo para desenvolver e aplicar tecnologias eficientes e de baixo custo, reverbera aquilo que Santos (2013) chamou de “mundo da heterogeneidade criadora”; ou seja, a cidade como expressão de múltiplas forças em permanente conflito com a onipotência do capital.

Por isso, é preciso que as comunidades cobrem de seus representantes políticos o efetivo diálogo com essa *cidade opaca*, no dizer de Jacques (2012). E assim, fomentem a inovação consciente do espaço como “ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias e do capital e do trabalho”. (SANTOS, 1992, pp. 05/06)

Essa busca da eficácia e do lucro comunga da disponibilidade técnica e espacial do território das pessoas. Configura-se, assim, um sofisticado sistema de exploração no qual injustiças sócio-espaciais são visíveis e perturbadoras; então, sobretudo na cidade, os atores *de baixo* expressam narrativas sociais sobre espaços concebidos para atender a lógicas hegemônicas.

Essas são narrativas menores diante das grandes narrativas modernas; elas enfatizam as questões da experiência, do corpo e da alteridade na cidade e, assim, reafirmam a enorme potência da vida coletiva, uma complexidade e multiplicidade de sentidos que confronta qualquer “pensamento único” ou consensual, como o promovido hoje por imagens midiáticas luminosas e espetaculares das cidades. (JACQUES, 2012, pp. 20/21)

A potência da vida coletiva gera as micronarrativas territoriais. Neste contexto, a cidade é lugar privilegiado para as conexões humanas que contrapõem a racionalidade do modelo econômico. Nesse caminho, Leff (2006, p. 11) entende que a crise ambiental do mundo globalizado “é, sobretudo, a crise de um pensamento que se impôs ao mundo negando o outro, a começar pela negação desse outro absoluto – a natureza”.

Dessa maneira, é evidente a correlação entre pequenas narrativas mais ou menos reféns do espaço, e a presença multiterritorial de uma racionalidade ambiental articulada em redes de cooperação humana.

Ao implantar e manter uma horta, a comunidade não só referenda a importância da natureza como base material e espiritual da vida, mas também, e a partir de um saber coletivo, insinua uma desarticulação sócio-espacial da “máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade”. (SANTOS, 2013, p. 18)

4 Considerações finais

A análise sócio-espacial do PHU/UFPel evidencia o potencial das hortas urbanas como tecnologia social que fortalece o vínculo entre a comunidade e o território. Nesses termos, a redescoberta da natureza na cidade reforça a importância das práticas coletivas em favor da sustentabilidade ambiental.

A horta na comunidade do Py Crespo foi implantada com plena participação dos atores do lugar. E assim, os moradores se tornaram corresponsáveis pelo planejamento e a gestão do PHU, o que revelou a assertividade do método para a integração da proposta no território das pessoas.

Em linhas gerais, os impactos sócio-espaciais do PHU serviram para despertar a consciência coletiva acerca da melhoria da qualidade de vida no território e dos vínculos comunitários. De outra parte, a agricultura ecológica nas cidades deve ser pensada como política pública, pois o acesso a alimentos saudáveis é pauta social relevante. Por fim, a abordagem do PHU denota que subverter a ordem hegemônica é um sentido permanente de transformar utopias em práticas sociais.

Referências

ARRIADA, E. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BRASIL. Instituto de Tecnologia Social. **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social**. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reprodução social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAMIGONIAN, A. **Gênese e objeto da geografia: passado e presente**. Geosul, Florianópolis, v. 14, nº 28, p.167-170, jul./dez. 1999.

O'REILLY, E. **Agricultura Urbana – Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro**. 87 f. Projeto de Graduação. (Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica da UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.

PELOTAS. **Lei 5. 502 (Plano Diretor Municipal)**. Prefeitura de Pelotas. Gabinete do Prefeito, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

———. *et al.* **O papel ativo da geografia. Um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, 2000.

———. **1992: A redescoberta da natureza**. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

SOUZA, M. L. de **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.